STJ00108598

Ricardo Negrão

Falência e Recuperação de Empresas

Aspectos objetivos da Lei n. 11.101/2005

6ª edição
2019

saraiva jur

STJ00108598

ISBN 978-85-536-1254-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Negrão, Ricardo

Falência e recuperação de empresas : aspectos objetivos da lei 11.101/2005 / Ricardo Negrão. – 6. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

Título anterior até a 5. ed.: Aspectos Objetivos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências

1. Falência - Leis e legislação - Brasil 2. Sociedades comerciais - Recuperação I. Título.

19-1063 CDU 347.736(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito falimentar 347.736(81)

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Projeto gráfico Fernanda Matajs
Diagramação Gledson Zifssak – Kalima editores
Revisão Ivani A. Martins Cazarin
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 17-6-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605905 CAE 659146

STJ00108598

ÍNDICE

Abreviaturas 7
Nota introdutória 17

Capítulo 1

PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

1. Caracterização do estado falimentar 19
2. Causas 19
3. Pressupostos legais 21
4. Pluralidade de credores 21
5. Legitimidade passiva 22
   5.1. Empresários excluídos pela Lei de Falências em razão de seu objeto 22
   5.2. Empresários excluídos em razão de inatividade 27
6. Legitimidade ativa 29
   6.1. Qualidade do credor e de seu título 29
   6.2. Credor empresário 30
   6.3. Credor sem domicílio no Brasil 30
   6.4. Credor com garantia real 30
   6.5. Credor privilegiado fiscal 31
   6.6. Credor privilegiado trabalhista 32
   6.7. O cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante 32
   6.8. O sócio-cotista ou acionista 33
7. Procedimentos 35

STJ00108598

7.1. Distinções 36
7.2. Discriminação dos atos de falência 39
7.3. Citação, oposição de sócios e recuperação judicial incidental 43
7.4. Procedimento de autofalência 44
8. Resumo gráfico 48
8.1. Procedimento do art. 94, I 48
8.2. Procedimento do art. 94, II 49
8.3. Procedimento do art. 94, III 50
8.4. Procedimento do art. 105 51
9. Defesas 51

Capítulo 2

SENTENÇA JUDICIAL E RECURSOS

1. Unidade e prevenção do juízo falimentar 53
2. Indivisibilidade do juízo falimentar 54
3. Universalidade do juízo falimentar 55
4. Resumo dos conceitos 55
5. Sentença de quebra 56
6. Indenização 61
7. Recursos 63

Capítulo 3

EFEITOS DA SENTENÇA DE FALÊNCIA

1. Efeitos sobre os credores 65
1.1. Suspensão do curso da prescrição 66
1.2. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores. 66
1.3. Vencimento antecipado das dívidas 67
1.4. Formação da massa de credores 69
1.5. Suspensão do direito de retenção 73
1.6. Suspensão da fluência de juros 73
1.7. Direito de credores de coobrigados solidários 74
2. Efeitos sobre a pessoa do falido 76
2.1. Restrições impostas ao falido – limitações de direito 76
2.2. Obrigações impostas ao falido 77
2.3. Direitos atribuídos ao falido 82

STJ00108598

3. Efeitos sobre os bens do falido 82
3.1. O desapossamento 82
3.2. Impenhorabilidade e patrimônio de afetação 83
4. Efeitos sobre os sócios 85
4.1. Efeitos sobre sócios com responsabilidade ilimitada 87
4.2. Dificuldades 88
4.3. Efeitos sobre os demais sócios 88
4.4. Efeitos não patrimoniais 90
5. Efeitos sobre os contratos 92
5.1. Regras gerais para os contratos unilaterais 93
5.2. Regra especial para os contratos unilaterais 93
5.3. Regras gerais para os contratos bilaterais 93
5.4. Regras especiais 95
5.4.1. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada 96
5.4.2. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada 97
5.4.3. Contratos em que o comprador falido detém a posse direta ou indireta da coisa, mas não o domínio e ainda não pagou o preço 98
5.4.4. Vendas a termo, em que houve a falência do comprador ou a do vendedor 104
5.4.5. Contratos imobiliários, de locação e venda 105
5.5. Mandato 106
5.6. Conta corrente 107
5.7. Compensação de dívidas 107
5.8. Contrato de sociedade 109
5.9. Condomínio indivisível 110
5.10. Contrato de sociedade em conta de participação 111
6. Resumo e visão geral 111

Capítulo 4

ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA, REALIZAÇÃO DO ATIVO, EXTINÇÃO E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA

1. Visão geral da segunda fase processual 113

STJ00108598

2. Eixo principal da segunda fase do processo falimentar 115
2.1. Publicação do edital contendo a íntegra da sentença que decreta a falência 116
2.2. Nomeação do administrador judicial 117
2.3. Convocação da assembleia geral de credores 128
2.4. Constituição do Comitê de Credores 133
2.5. Decisão sobre a continuação provisória das atividades empresariais 137
2.6. Arrecadação dos bens e documentos do devedor e elaboração do auto de arrecadação 138
2.7. Realização do ativo e pagamento de credores 144
2.8. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido 150
2.9. Quadro da fase de arrecadação, realização do ativo e encerramento da falência 154

Capítulo 5

AÇÕES DE INTERESSE DA MASSA FALIDA: INTEGRAÇÃO E DESINTEGRAÇÃO DE BENS FORMAÇÃO DO QUADRO-GERAL DE CREDORES APURAÇÃO DE CRIMES DEFINIDOS NA LEI FALIMENTAR

1. Eixos paralelos 157
2. Ações de desincorporação de bens da massa falida 157
2.1. Ações de restituição 158
2.2. A ação de restituição por proprietário de bem arrecadado 159
2.3. A coisa objeto do pedido 160
2.4. Alienação posterior à arrecadação 161
2.5. Restituição decorrente de venda de coisas a prazo 161
2.6. Restituição de adiantamento de contrato de câmbio 162
2.7. Restituição em razão de não recolhimento de crédito previdenciário 163
2.8. Procedimento 163
2.9. Execução e recurso 164

STJ00108598

2.10. Honorários advocatícios e correção monetária 165
2.11. Quadro-resumo 166
2.12. Embargos de terceiro 167
3. Ações visando à incorporação de bens à massa falida 167
3.1. Objeto 168
3.2. Distinção entre as hipóteses do art. 129 e as do art. 130 168
3.3. As declarações de ineficácia 168
3.4. Atos praticados dentro do termo legal 169
3.5. Atos praticados no período de dois anos anteriores à declaração de falência 171
3.6. Atos nos quais não se leva em consideração o elemento temporal 171
3.7. Atos praticados após a declaração de falência 172
3.8. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução 173
3.9. Ação revocatória 173
3.10. Processamento da ação revocatória 174
3.11. Medidas cautelares e recursos 176
3.12. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76 176
3.13. Revocatória prevista no art. 51 da LF45 177
3.14. Efeitos das ações revocatórias 178
4. Formação do quadro-geral de credores 178
4.1. Verificação e habilitação de credores 179
4.2. Habilitação retardatária 181
4.3. Classificação dos créditos 181
5. Apuração de crime definido na Lei Falimentar 185
5.1. A presença do Ministério Público no processo falimentar 185
5.2. A abolição do inquérito judicial 188
5.3. Competência 190
5.4. Processo-crime falimentar 190
5.5. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo 191
5.6. Crimes relacionados à escrituração contábil 193
5.7. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especulação de lucro sobre os bens 195

STJ00108598

5.8. Outros crimes 197

Capítulo 6

RECUPERAÇÃO DA EMPRESA EM JUÍZO

1. Crise econômico-financeira 199
2. O sistema de recuperação em juízo 200
3. Pressupostos da recuperação em juízo 200
3.1. Pressuposto de natureza funcional: exercício regular de atividade empresarial há mais de dois anos.. 201
3.2. Pressupostos de natureza pessoal 204
4. Credores sujeitos à recuperação 211
5. Recuperação judicial ordinária 213
5.1. Meios de recuperação 213
5.2. Fases de desenvolvimento da recuperação judicial ordinária 218
5.3. Fase do pedido e processamento 219
5.4. Fase do plano (art. 53) 230
5.5. Fase do procedimento (art. 55) 236
6. Plano especial de recuperação judicial 252
7. Recuperação extrajudicial 255
7.1. Princípios e limites 255
7.2. Pedido 256
7.3. Efeitos 257
7.4. Documentos necessários 257
7.5. Procedimento 258

Bibliografia 261
Índice Alfabético-Remissivo 265